

## Ata Circunstanciada da 33ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
33ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 28 DE ABRIL DE 2026.

INÍCIO ÀS 16H06

TÉRMINO ÀS 17H29

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Quero saudar os trabalhadores e trabalhadoras presentes que estão lutando pela aprovação da Pelo nº 15/2024, o pessoal da Polícia Penal e o pessoal da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes, que solicita que a governadora receba os docentes daquela universidade. A reitora não foi exonerada ainda?

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Espero que ela seja exonerada o mais rápido possível.

Está havendo reunião do Colégio de Líderes. Iniciaremos a sessão quando a reunião encerrar. Uma boa tarde para todos vocês.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Uma ótima tarde, presidente...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pessoal, vamos combinar o seguinte: quando o deputado estiver falando, vocês dão uma segurada. Quando ele acabar, vocês podem se manifestar. Combinado? Obrigado.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, hoje venho a esta tribuna para externar minha alegria

parcial com a iniciativa da governadora Celina Leão ao encaminhar a esta casa o Projeto de Lei nº 2.295/2026, que propõe retirar da Lei nº 7.845/2026 a Gleba A da Serrinha do Paranoá e o Lote G do SIA, trecho de serviço público pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Digo que minha alegria é parcial porque defendo a retirada de todos os imóveis – isso mesmo, de todos os imóveis! – que integram a referida norma, conhecida como Lei de Socorro ao BRB. Os demais imóveis que, infelizmente, ainda permanecem na lei são componentes importantes do patrimônio público e jamais deveriam ser utilizados para cobrir irregularidades cometidas por aqueles que dilapidaram as finanças do banco da nossa cidade.

São os bens dos responsáveis por esses atos que deveriam ser utilizados para cobrir o rombo do BRB. Não é o povo do Distrito Federal que deve arcar com esta situação por meio de destinação de seu patrimônio para sanar os prejuízos causados à única instituição financeira pública local. Afirmo, em alto e bom tom, que todos aqueles que obtiveram vantagens indevidas com a derrocada do BRB devem responder na justiça por seus atos e, com respeito ao devido processo legal, devem ser exemplarmente punidos.

Já me posicionei anteriormente neste mesmo plenário contra a destinação de imóveis públicos para este fim. Votei contra o projeto que resultou na Lei nº 7.845/2026. Inclusive, em razão deste voto, houve tentativa de me punir, mas não me curvei. Na ocasião, afirmei com clareza: ao rei, tudo, menos a honra. Mantenho esta posição de forma integral.

Não posso, por outro lado, senhoras e senhores, deixar de reconhecer a iniciativa da governadora de propor a retirada de 2 imóveis da referida lei. Contudo, faço um apelo: governadora, avance mais e retire também os demais imóveis, que, a meu ver, são de extrema relevância para o patrimônio e a história do Distrito Federal. Entre tantos exemplos, cito o terreno da nossa gloriosa Novacap, empresa com mais de 70 anos de relevante serviço prestado à construção de Brasília e ao desenvolvimento desta unidade federativa, cujo imóvel incluído na Lei nº 7.845/2026 abriga sua sede e seu parque de serviço. Pergunto: é justo impor tal medida a uma estatal pioneira e de tamanha importância para o Distrito Federal?

Governadora, faço um apelo para que revogue integralmente esta lei. Faça esse gesto em benefício da população! Atue também para que os responsáveis pelos prejuízos ao Banco de Brasília sejam devidamente responsabilizados, visto que há aqueles que apenas observam os fatos, outros que indicam os caminhos, mas há outros que constroem a história – não apenas para si, mas para toda a coletividade. Vossa excelência, com uma decisão firme, pode escrever um novo capítulo na história do Distrito Federal. Como nos ensinou Mahatma Gandhi, queremos prosseguir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova. A meu ver, vossa excelência tem diante de si uma oportunidade ímpar para construir uma nova história.

Muito obrigado, presidente. Vamos seguir defendendo firmemente o que é certo para a sociedade de Brasília! Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós estamos com uma série de estudantes e professores da Universidade do Distrito Federal – não da UnB, mas da UnDF – na galeria da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nós tivemos umas 5 reuniões com o presidente da Câmara Legislativa a esse respeito. Estivemos também com a governadora Celina Leão. Havia a garantia de que a reitora da Universidade do Distrito Federal seria demitida, a bem dessa universidade. A verdade é que, até agora, a reitora não foi demitida e está, a cada dia, cometendo mais arbitrariedade contra os professores e os estudantes. Ela está há muito tempo lá e nunca tinha falado de eleição; porém, agora convocou uma eleição, porque quer continuar mandando na universidade.

Nós tivemos uma reunião, há pouco, com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que está empenhado nessa batalha conosco. Da reunião, o deputado Wellington Luiz ligou para a governadora Celina, que garantiu que a demissão da senhora reitora será feita hoje em um *Diário Oficial* extra.

Nós precisamos devolver a tranquilidade aos profissionais e aos estudantes da UnDF. A única coisa que eles querem, presidente, é ter o direito de interferir no destino da Universidade do Distrito Federal e ajudar a geri-la. Foi tão caro para nós conquistar essa universidade! Ela não é propriedade da reitora.

A reitora, agora, convoca uma eleição, decide todo o corpo que vai dirigir o processo eleitoral e, nesse corpo, não há um único professor de carreira da universidade, só há cargo comissionado. Isso é um absurdo. Eu nunca tinha visto isso na minha vida.

Que o grito dessa galeria seja atendido e que a reitora seja exonerada ainda hoje, para o bem da Universidade do Distrito Federal.

Contem sempre comigo nessa luta.

Presidente, o segundo ponto de que eu quero falar é o projeto que a governadora mandou para cá para retirar a Serrinha e o terreno da Secretaria de Saúde da lei que, supostamente, vai capitalizar o Banco de Brasília através de um fundo imobiliário.

Eu estou apresentando emendas para tirar todos os terrenos que estão naquela lei. Por que não tirar o terreno da Novacap, presidente? Por que não tirar o terreno da CEB? Por que não tirar o terreno da Caesb? Por que não tirar o terreno da Secretaria de Economia? As minhas emendas são para que seja retirado tudo, para que nós tenhamos a garantia efetiva de que a gleba de 716 hectares autodenominada Serrinha será preservada e não será ocupada indevidamente. A melhor solução, se efetivamente queremos a preservação das nascentes que estão lá, é transformar toda aquela área em um grande parque, para o bem da população do Distrito Federal.

É essa proposta que eu estou defendendo, presidente. Eu vou até o fim, junto com a nossa bancada: eu, o deputado Ricardo Vale e o deputado Gabriel Magno.

Por último, presidente, eu quero falar do avanço que nós tivemos hoje na Câmara dos Deputados com a aprovação da comissão especial que será instalada amanhã e que vai tratar do andamento da emenda constitucional que trata da jornada 5x2. O presidente dessa comissão será o brilhante deputado federal de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, Alencar Santana.

Eu tenho certeza absoluta de que essa proposta vai avançar no âmbito da Câmara dos Deputados. E, mesmo que a extrema direita seja contra a proposta, nós vamos vencer e implantar a jornada de 40 horas, ou seja, 5x2, aqui no Brasil, para o bem das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dando continuidade ao comunicado de líderes, concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, boa tarde.

Primeiro, quero saudar a nossa líder do Bloco PSOL-PSB, deputada Dayse Amarílio, que está licenciada neste momento. Quero saudar todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, pelo plenário e pela galeria. Tenham certeza de que, quanto à Pelo nº 15/2024, vocês terão o nosso apoio. A PPGG como carreira de Estado é um consenso entre nós.

Presidente, chegou um projeto extrapauta que nem era para ter chegado, porque, lá atrás, avisamos que não era para haver esses terrenos.

Na verdade, presidente, eu gostaria de dirigir uma fala ao Governo do Distrito Federal e à base. Se eles tivessem escutado a oposição desta casa, talvez não precisassem estar passando pelo que estão passando hoje. (Palmas.)

Avisamos, lá atrás, que a relação BRB-Master não fazia sentido e cheirava mal. Debatíamos que era importante o BRB não se envolver com um banco que já apresentava uma série de problemas em outras praças.

Depois, chegou a esta casa um projeto para aprovar a compra do Master pelo BRB. Alertamos, mais uma vez, a base e o governo, mas não alertamos apenas achacando, como uma oposição irresponsável. Apresentamos números, explicamos que havia uma conta que não fechava,

demonstramos que havia uma relação que não valia a pena e que a população corria o risco de pagar um preço alto. No entanto, a matéria passou nesta casa.

Logo depois, o Banco Central negou a compra e, então, surgiu uma avalanche de corrupção, peculato e tudo o que se pode imaginar. E pior: na cara do freguês. Chegava a esta casa o presidente do banco, que defendia a compra do outro banco e a relação entre eles.

Dói e é triste imaginar que, enquanto estavam em reunião conosco, enviavam mensagens para visitar apartamentos de luxo. Enquanto isso, centenas de milhares de pessoas buscam moradia no Distrito Federal, buscam saúde, buscam acesso eficiente à educação com a Universidade do Distrito Federal, buscam isonomia para os profissionais da gestão pública do DF.

Diante da crise, chegou mais um projeto para tentar salvar o BRB. Meus amigos, minhas amigas e população do Distrito Federal, avisamos que o projeto não estava adequado, que esses terrenos não salvariam o banco. O governo enviou o projeto em um dia e, já no dia seguinte, mudou os terrenos, em uma demonstração precisa e clara de desespero, porque sequer sabia quais terrenos queria disponibilizar ao BRB.

Avisamos que os terrenos apresentavam sobrepreços ou preços inferiores. Avisamos que o mercado financeiro não tinha interesse na forma como o negócio estava sendo apresentado, devido aos imbróglios, e que não queria se envolver nessa confusão. Falamos intensamente sobre a Serrinha, destacando que a luta não seria apenas desta casa, mas também dos movimentos sociais e populares em defesa daquela área.

Quero saudar a Lucinha e todo o Fórum das Águas, que incansavelmente realizaram mobilizações e buscaram todos os órgãos competentes necessários para que a Serrinha não estivesse nesse projeto.

Agora o governo encaminha para esta casa um projeto para retirar o parque de saúde e a Serrinha, presidente. Para que todo esse desgaste? Para que essa bateção de cabeça? Nós alertamos sobre os problemas.

Quero encerrar destacando que afirmei que, talvez, a única saída seja o governo botar a sandália da humildade, atravessar o Planalto e pedir um empréstimo. Isso aumentaria a dívida do Estado, é verdade, mas seria uma forma de garantir um caixa mínimo para salvar o BRB.

Como vamos salvar o BRB? Eu, pelo menos, não recebi o balancete. Não sei, deputado Gabriel Magno, se vossa excelência o recebeu. Não sei, deputado Ricardo Vale, presidente da sessão, vice-presidente desta casa, se vossa excelência o recebeu. Acredito que o balancete do BRB nem tenha sido publicado ainda. Está atrasado há vários trimestres.

A Caixa pediu alguns documentos para que a negociação avançasse, mas até o momento o BRB não conseguiu enviá-los. Convenhamos, também não sei se estou a fim de salvar um banco que não consegue enviar um balancete e as informações necessárias. Isso demonstra o grau de comprometimento e desorganização.

Nós oficiamos o Governo do Distrito Federal pedindo auditorias em vários órgãos. A relação de *compliance* é fundamental, porque, mesmo que consigamos manter o caixa do BRB e tirá-lo da crise, o que impede que outro aventureiro assumo o banco e não faça o mesmo que já fizeram com ele? E pior: vamos salvar o BRB, mas – esta é a pergunta que a população quer fazer – quando vamos bloquear os bens de todos os envolvidos e fazê-los devolver centavo por centavo à população do Distrito Federal?

Presidente, temos que fazer o BRB cumprir a sua função social, fazer que ele apoie o microcrédito para pequenos empresários, subsidie projetos sociais na ponta, auxilie em pesquisa e formação, inclusive dos nossos estudantes e dos professores da Universidade do Distrito Federal, construindo – quem sabe – a sede da universidade.

Com R\$30 bilhões é possível fazer muita coisa, gente. A população do DF não pode acordar achando que aquilo foi pouca coisa. Saquearam um banco público, roubaram o bolso da população e colocaram o Distrito Federal numa crise sem precedentes na sua história, deixando parte da população em situação de insegurança alimentar e aumentando o índice de desigualdade social, como apontou o relatório do Inesc publicado no mês passado.

Então, presidente, eu encerro o comunicado de líderes pelo Bloco PSOL-PSB dizendo que nós não vamos arredar o pé até ser identificado cada um dos responsáveis. Claro que temos que manter o banco, mas temos de fazer isso com o compromisso social que a população do DF sempre pede e de que precisa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, enquanto o líder da Minoria chega à tribuna, gostaria só de dizer para os nossos companheiros da galeria que nós da oposição, bem como alguns outros deputados, como o deputado Rogério Morro da Cruz e o deputado Martins Machado, estamos aqui presentes. Peço, então, que a base venha ao plenário para que possamos votar o projeto da Serrinha e a Pelo nº 15/2024.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todas as pessoas presentes, em especial ao pessoal da carreira PPGG, que pede, presidente, que seja votada a Pelo nº 15/2024, que faz justiça a essa carreira tão importante para o acompanhamento, a elaboração, a fiscalização e o monitoramento das políticas públicas do Distrito Federal. Queria reforçar o pedido aos líderes e a esta casa: vamos votar em primeiro turno a Pelo nº 15/2024, tornando típica de Estado a carreira PPGG.

Quero saudar também os estudantes e docentes da Universidade do Distrito Federal, a UnDF, que continua em greve, uma greve que já dura um bom tempo e que permanece em razão da intransigência ao diálogo por parte do Governo do Distrito Federal.

O deputado Chico Vigilante já disse que fizemos uma série de reuniões tentando mediar o diálogo e fazer uma negociação – o que o sindicato tem também buscado – com Governo do Distrito Federal. Agora, o governo precisa cumprir com a palavra, precisa cumprir com aquilo que apresenta na mesa de negociação.

Há 2 coisas muito importantes que não resolvem toda a pauta dos estudantes e dos professores da Universidade do Distrito Federal, mas apontam para um diálogo.

A primeira é a exoneração imediata da reitora Simone. Essa exoneração já está atrasada. Houve uma reunião com a governadora há uma semana em que a exoneração estava acertada, mas ela ainda não aconteceu. Na verdade, ela vem com um atraso de alguns anos, porque já deveria ter acontecido a eleição para a reitoria da Universidade do Distrito Federal, mas até hoje, por culpa da gestão, ela não aconteceu.

A segunda é a interrupção do contrato de aluguel de R\$140 milhões com o Iesb. A governadora Celina anunciou um decreto de contingenciamento, com um corte de 25% nos contratos, o que vai afetar políticas públicas muito importantes para a cidade na assistência social, na educação e na saúde. Por que não rever os contratos de aluguel? Por que não entram no contingenciamento os contratos fraudulentos de aluguel que a UnDF está fazendo com o Iesb ou o que a Secretaria de Educação mantém com presença de sua sede dentro do *shopping*?

Parece-me que os interesses privados são preservados no contingenciamento – que atinge o povo, atinge a população. Os negócios do governo Ibaneis continuam no governo Celina, porque não houve mudança de governo. Eles apenas mudaram a cor do ipê. O ipê era amarelo, agora é roxo, mas o governo é o mesmo, é a mesma falcatura, é a mesma negociata com empresário, são acordos por debaixo dos panos. No contingenciamento, quem paga a conta do rombo, presidente deputado Ricardo Vale? O rombo é muito curioso. O governo Ibaneis-Celina mentiu para esta casa durante 4 anos. Eles passaram 4 anos enviando projetos de lei de crédito e diziam que a justificativa era o

excesso de arrecadação.

Eles diziam, na CEOF, que as contas estavam uma maravilha, que haviam acertado as contas públicas. Agora falam em rombo de R\$5 bilhões. Eu já escutei que pode haver rombo de R\$9 bilhões. Como um rombo de R\$5 bilhões ou R\$9 bilhões aparece do dia para a noite? Eles mentiram para a Câmara Legislativa, mentiram para o Tribunal de Contas, mentiram para o Ministério Público a fim de preservarem negócios.

Eu sugiro, governadora Celina, que você rescinda imediatamente o contrato com o Iesb e passe a usar os recursos do fundo da Universidade do Distrito Federal para a construção da sede dos novos *campi*.

Presidente, eu quero falar também sobre o caos da saúde. Nós recebemos os servidores e a população que não é atendida nos hospitais, além de denúncias na rede inteira. Agora, mais uma denúncia chama a atenção para as condições alarmantes no Hospital de Base – as condições dos acompanhantes, dos pacientes, dos usuários e dos profissionais, sem insumos nem condições de trabalho.

Deputado Ricardo Vale, este governo Ibaneis-Celina prometeu que a privatização do hospital e o IGESDF seriam o grande exemplo da atenção à saúde no Brasil. Hoje isso é exemplo de má gestão, de corrupção, de falta de cuidado com o dinheiro público, com a população e com os profissionais da saúde. Nós estamos entrando, hoje, com mais uma representação no Tribunal de Contas do Distrito Federal, na União, no Ministério Público e no Conselho de Saúde pedindo imediatamente as contas do IGESDF, a suspensão dos contratos fraudulentos, a garantia das equipes e um atendimento, no mínimo, digno no Hospital de Base, que é referência para a construção do sistema de saúde.

Deputado Ricardo Vale, o desastre desta cidade está em todos os lugares. Na educação, além do que já dissemos sobre a Universidade do Distrito Federal, hoje lançaram o contracheque de 15 mil professores de contratos temporários. São aqueles professores que não receberam salário no mês de fevereiro ou receberam errado, não receberam salário no mês de março ou também receberam errado. A governadora disse que resolveria o problema. O contracheque saiu errado novamente. É inacreditável a incompetência do governo Celina na educação. Eles não conseguem acertar o salário de 15 mil professores.

Nós estamos cobrando novamente solução, deputado Ricardo Vale, porque não é admissível novamente pagarem errado o salário de abril desses profissionais sem que ninguém responda por isso. Já pedimos a responsabilização da secretária de Educação e da subsecretária de Gestão de Pessoas. Alguém tem que responder por isso, porque os professores têm família, têm contas para pagar e têm, inclusive, dívida com o BRB. As contas não esperam, os juros estão sendo cobrados. É preciso corrigir imediatamente o pagamento dos salários.

Eu chamo a atenção para 2 coisas.

Uma é que estamos entrando com mais uma representação no Tribunal de Contas, deputado Ricardo Vale. Nós verificamos que chegou às escolas o programa Saberes. Ele é um contrato de R\$55 milhões com uma editora de material didático que chega às unidades sem que elas saibam, sem formação. Houve um empenho de R\$40 milhões sem contrato. A Secretaria de Educação pagou R\$40 milhões para a empresa sem contrato. Para os amigos, há dinheiro sobrando nesta cidade! Para fazer negócio, há dinheiro sobrando! E os professores, na escola, recebem um material didático sem nenhuma orientação. Nós estamos cobrando explicações sobre o contrato.

Cobramos também explicações sobre, mais uma vez, o desrespeito com os estudantes, pois haverá agora uma avaliação na Secretaria de Educação para as escolas de ensino fundamental e ensino médio. A orientação, deputado Ricardo Vale, foi feita em uma *live*, hoje. É assim que a Secretaria de Educação conversa com as escolas, por *live*. Não há direito ao contraditório, não há diálogo aberto.

No documento que eles tiveram a cara de pau de publicar para as escolas, eles dizem que os professores terão de fazer a fiscalização da prova e o envio do resultado utilizando seus dispositivos – *smartphones* ou *tablets* com câmeras e acesso à internet e Wi-Fi. Sabe o que chama a atenção, deputado Ricardo Vale? A Secretaria de Educação não fornece internet nas escolas públicas do

Distrito Federal; não há Wi-Fi nas escolas. As que têm conseguem isso porque os profissionais da educação fazem vaquinha, tiram do seu salário para garantir acesso à internet. Mesmo assim, a orientação da Secretaria de Educação é que os professores, que estão sem salário, usem seus dispositivos, telefones com acesso à internet, para que a prova possa acontecer. Então, é um desmonte, é a incompetência, é a corrupção na Secretaria de Educação.

Eu encerro pedindo, de fato, que nós não apenas votemos, deputado Ricardo Vale, o projeto do BRB, mas que o votemos com as emendas da bancada do PT que retiram todos os imóveis do negócio, porque nós avisamos que a lei não resolvia o problema, que era inconstitucional, que era ilegal. Avisamos que não se resolveria o problema do BRB com a entrega do patrimônio público desta cidade.

Que nós salvemos a Serrinha, a Caesb, a Novacap, o BRB, a Secretaria de Saúde; que nós salvemos o Distrito Federal.

Há uma solução, deputado Ricardo Vale: é fora, Celina, é fora, Ibaneis! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Encerrado o comunicado de líderes.

Eu gostaria de fazer um apelo à governadora Celina Leão. Estou sentindo o plenário esvaziado, muito provavelmente em função, deputado Gabriel Magno, das emendas dos deputados, de muitas emendas importantes da área da educação, da área da saúde. Projetos sociais, projetos esportivos, projetos culturais, todos eles estão travados, todos estão sem liberação. Eu me lembro de que a governadora Celina Leão se comprometeu a que o secretário de Economia falaria ao conjunto de deputados qual seria o valor que poderíamos – diante de toda essa crise, evidentemente – ter para que cada deputado pudesse tocar seus projetos nas suas bases. São projetos sociais muito importantes. Nós percebemos a preocupação de alguns deputados. Nós temos a preocupação fiscal. Vamos fazer um esforço para ajudar o Governo do Distrito Federal, mas é preciso também que o governo dê a importância devida a esses projetos que as instâncias da sociedade, os movimentos sociais, o movimento cultural aguardam; que as escolas, que a rede de saúde, que estão um caos, aguardam.

É preciso que o governo decida como isso vai ficar, sob pena de nós não termos sessão, não votarmos nada – não votarmos a Pelo nº 15, o projeto da Serrinha, os outros projetos e as emendas dos deputados.

Fica, então, o apelo à governadora Celina para que resolva também essa questão das emendas parlamentares, para que a Câmara Legislativa possa trabalhar da forma como tem de trabalhar. Nós lamentamos muito a situação.

Às instituições, às entidades sociais, esportivas e culturais e ao pessoal da educação e da saúde deixo o recado de que, infelizmente, todas as emendas dos parlamentares estão travadas, por determinação da governadora Celina.

Declaro abertas as inscrições dos deputados para o comunicado de parlamentares, conforme o art. 118, inciso II, do Regimento Interno.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, deputados e deputadas, eu queria tratar de 2 temas que, na minha opinião, têm relação muito importante com o contexto que estamos vivendo.

O primeiro deles é o projeto de lei que retira a Serrinha do Paranoá e o terreno da saúde do projeto para salvar o BRB. É aquele projeto que nós avisamos que não funcionaria. Outros parlamentares também já falaram isso.

Fiz questão de vir à tribuna, porque quem tem acompanhado a discussão no Poder Legislativo sabe que temos cumprido um papel muito grande de denúncia do escândalo de corrupção de proporção nacional que vivemos no Distrito Federal. Já sabíamos que o que o Governo do Distrito Federal tem tentado fazer em relação ao BRB é um paliativo, não uma solução. Eles

afundaram o BRB num buraco tão profundo, que as falsas soluções, na verdade, visam apenas prorrogar o problema que criaram no banco.

Agora parece que as coisas vão começar a ser reveladas, com a delação premiada do Paulo Henrique, ex-presidente do BRB. Ele pode trazer uma série de informações.

A Câmara Legislativa tem que votar o quanto antes a retirada dos 2 terrenos do projeto. Hoje, nós estamos neste plenário para votar o projeto de lei, porque ele é importante para a cidade. Independentemente de qualquer coisa, o projeto é importante para a cidade. Tirar os 2 terrenos é um passo para derrubar todo o projeto, que não tem nada a ver com defesa do BRB.

Quanto ao caso específico da Serrinha do Paranoá, eu queria dar um depoimento sobre a vitória extraordinária do movimento ambientalista no DF. O que o movimento conquistou denunciando o que o governo fez é algo muito grande.

Hoje, a chegada do novo projeto de lei à Câmara Legislativa é uma derrota para o governo. É uma derrota porque o governo insistiu. Nós avisamos! Nós tentamos negociar! Nós falamos que essa área não podia ser explorada daquela forma e que aquilo era um erro! Essa é mais uma derrota acerca do que nós avisamos. O novo projeto de lei é uma derrota para o Governo do Distrito Federal e uma vitória do movimento social e do movimento ambientalista do DF! Nós queremos votar o projeto o quanto antes. Sem dúvida, a Câmara Legislativa vai fazer justiça à Serrinha do Paranoá.

É claro que a maior vitória seria a retirada de todos – todos! – os terrenos do projeto. Nós vamos lutar por isso. Todos os terrenos estão no projeto de forma equivocada e não vão resolver o problema do BRB. No entanto, precisamos votar o que temos hoje. Estamos aqui para que essa votação aconteça. Estamos lutando para que essa votação aconteça.

Registro que o deputado Max Maciel e eu estamos aqui. O nosso bloco está sempre presente. A deputada Dayse Amarílio só não está aqui porque está licenciada.

Em segundo lugar, eu queria fazer mais um registro de apoio à luta, à mobilização e à greve dos professores e dos estudantes da UnDF. (Palmas.)

Professores e estudantes da UnDF estão mobilizados em defesa da nossa universidade distrital, que é algo muito importante para esta cidade e que é uma conquista da população, da juventude do Distrito Federal.

A universidade está mobilizada por uma série de questões, mas vejo uma como principal. Falo do autoritarismo, que inviabiliza o debate institucional e a democracia interna. Se esse problema for resolvido, começará a ser criado com as categorias – os docentes e os estudantes – um ambiente de diálogo, para se pensar melhor a nossa universidade.

Mais uma vez, expresso a minha solidariedade.

Os docentes aqui presentes sabem da nossa atuação ativa e parceira com os estudantes e com os professores. Atuamos para a universidade existir e queremos que ela exista em plenitude. Para ela existir em plenitude, temos que colocar abaixo o autoritarismo e dar voz às categorias que fazem a universidade ser o que já é, com tantas dificuldades.

Queremos que a greve acabe. Para os professores e os estudantes saírem da greve, a governadora precisa cumprir o que foi dito na reunião sobre a greve, no processo de negociação, a fim de que os professores, assim como os estudantes, possam sair da greve. Existem encaminhamentos concretos no sentido da valorização dessas categorias e da retomada do diálogo institucional, que é o mais importante.

Faço esses 2 registros.

Já foi dito na sessão passada que somos favoráveis à Pelo nº 15. Estamos presentes para isso. (Palmas.)

É um avanço, uma luta de algumas categorias. Essa luta vem se ampliando por meio da Pelo nº 15. Inclusive, alerto que esse enfrentamento em defesa dos servidores públicos tem uma importância na Pelo nº 15. Obviamente, isso se dá devido ao reconhecimento que a campanha traz; mas há também uma preocupação estratégica, pois – mais à frente, de forma recorrente – tentam aprovar reformas administrativas que retiram a estabilidade de todos os servidores públicos. Foi

assim na tentativa de PEC deste ano e na PEC nº 32, no governo Bolsonaro, que quase foi aprovada. O objetivo recorrente é atacar a estabilidade dos servidores. (Palmas.)

Precisamos ter cuidado, porque essa discussão vai voltar ao Congresso Nacional no próximo ano, com uma reforma administrativa que não visa melhorar o serviço público. Pretende-se precarizar o serviço público e concretizar um projeto baseado apenas em cargos comissionados e de livre provimento. Nesses tipos de cargo, o governo atua de forma autoritária e retira a estabilidade, sendo que é justamente por causa da estabilidade que o servidor denuncia os problemas. Os grandes escândalos de corrupção denunciados nesta cidade surgiram a partir da estabilidade, quando o servidor teve coragem de colocar a boca no trombone e dizer o que acontece. (Palmas.)

Nossa defesa é pela estabilidade do servidor público. Por isso, presidente, reitero que somos contrários ao decreto da governadora do DF sobre corte de gastos e contingenciamento.

Observem a lógica aplicada. O decreto não ataca os supersalários, nem ataca os R\$10 bilhões de isenções fiscais concedidas aos grandes grupos econômicos. Ele tampouco limita ou reduz cargos comissionados. Ele limita a nomeação de servidores públicos efetivos, que são aqueles que beneficiam o Estado de forma permanente. Isso está errado. Além disso, o decreto coloca em suspeição benefícios sociais, o que é grave.

Sabemos que, no andar de baixo, quem está em situação de maior vulnerabilidade acaba pagando a conta. Daqui a pouco, começam a cortar benefícios sociais sob o discurso fraudulento de que precisam disso, sem nenhuma prova. A assistência social não funciona com esse tipo de pente-fino. São necessários mais profissionais e servidores para atender a população em situação de vulnerabilidade social, além de mais vagas de acolhimento institucional.

A assistência social precisa que o Governo do Distrito Federal não atrase benefícios sociais, como tem ocorrido. Se houver contingenciamento, ele deve ocorrer no andar de cima, o das isenções fiscais e dos grandes grupos econômicos. É isso que precisa ser feito.

Encerro dizendo que a população é esperta e sabe o que está acontecendo. Esse contingenciamento ocorre neste momento porque, muito provavelmente... É necessário investigação sobre isso. O ex-governador Ibaneis Rocha pode ter cometido crime de responsabilidade. Se o que o secretário de Economia afirma for verdade, é necessário investigar, apurar. Se isso for verdade, o governador não atendeu aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, em ano eleitoral, quem paga a conta é a população do DF. Isso não pode ficar impune – se houve comportamento criminoso em relação ao orçamento público do DF. Precisamos demandar uma investigação, não apenas sobre BRB-Master, mas também – no âmbito local – sobre orçamento e economia. Isso se torna necessário para que o governador e outros gestores públicos que tenham agido de forma equivocada ou criminosa sejam efetivamente investigados.

Cumpriremos nosso papel independentemente de cobrarmos ações nesse sentido no Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, na verdade pedi inscrição para falar no comunicado de parlamentares.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Senhor presidente, tive a oportunidade de fazer uma visita ontem à tarde à Neoenergia. Fui recebido pela superintendente da empresa, senhora Juliana Pimentel.

Fui visitar, presidente, um parque de geração de hidrogênio verde. Muita gente fala sobre hidrogênio verde, e fui conferir o que é isso. Esse parque fica no Taguaparque, em Taguatinga, em

uma antiga subestação da CEB, quando ainda era pública. Agora esse parque pertence à Neoenergia, que é privada. Foi um investimento de R\$30 milhões.

Para as pessoas que estão assistindo a nós, o que é o hidrogênio verde? Deputado Ricardo Vale, é um composto fabricado a partir de energia solar. Foi montado um parque de energia solar no local, com água da Caesb – água já tratada naturalmente e ainda mais bem tratada no parque. Essa água é transformada em hidrogênio. O que é o hidrogênio? O hidrogênio é um gás. Esse hidrogênio fabricado no parque serve para movimentar veículos. Inclusive, vi 2 carros movidos a hidrogênio nesse parque de serviço, além de ônibus.

Já há 1 ônibus, fruto de um convênio feito pela Neoenergia, circulando na Esplanada dos Ministérios. Se houver investimento, se houver um governo com preocupação efetiva com o meio ambiente, será possível tornar toda a frota de ônibus do Distrito Federal movida a hidrogênio. Foi explicado quantos litros de água são necessários para gerar 1 quilo de hidrogênio e quantos quilômetros um ônibus ou um carro consegue rodar com isso. Um veículo roda até 10 quilômetros com 1 quilo de hidrogênio.

É o combustível do futuro! É um parque importantíssimo!

Sugiro, inclusive, ao pessoal da UnDF que está hoje na galeria que, quando terminar a greve, solicite uma visita ao local, porque realmente vale a pena conhecê-lo, presidente. Quem está assistindo a nós, as escolas e demais interessados também são convidados a visitar esse local. Trata-se do combustível do futuro. Essa experiência está sendo desenvolvida no Distrito Federal.

Ontem, a Juliana me disse que têm vindo delegações da Europa e da América Latina para visitar esse parque no Distrito Federal. Portanto, é um orgulho para Brasília ter hoje um parque experimental de geração de hidrogênio verde, que é o combustível do futuro. Também é um orgulho demonstrar que é possível movimentar carros, ônibus e trens sem combustível fóssil. Ela me disse que, na Espanha, onde também há uma planta de hidrogênio verde, já existem trens movidos com esse combustível.

Pude verificar todo o ciclo de geração desse combustível. O Distrito Federal pode se orgulhar dessa iniciativa. Vale a pena visitar esse parque.

Saímos de lá com a esperança de que é possível, de fato, substituir o combustível fóssil por esse novo combustível limpo e do futuro, que é o hidrogênio verde.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Comunico que fui avisado pela assessoria de plenário que a Pelo nº 15, referente à carreira PPGG, será discutida na próxima terça-feira, no Colégio de Líderes. Essa matéria não irá à votação hoje, pois sabemos que são necessários 15 deputados para alterar a lei. No momento, há apenas 5 deputados distritais em plenário: deputado Fábio Félix, deputado Gabriel Magno, deputado Chico Vigilante, deputado Max Maciel e deputado Ricardo Vale. O deputado Wellington Luiz está aqui do lado e está vindo para cá.

Portanto, a discussão da Pelo nº 15/2024 será na próxima terça-feira, no Colégio de Líderes. A discussão será na próxima terça-feira. Estou comunicando isso para vocês da galeria.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Infelizmente, pessoal. Eu gostaria muito de votar e resolver essa questão de vocês hoje.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale, a nossa fala é sobre uma pauta que concentra grande esforço do nosso mandato.

Antes de iniciá-la, presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento. Há 2 semanas, eu tive a oportunidade de vivenciar uma missão em Medellín, na Colômbia. Fui a convite do Sebrae e, em especial, da Fecomércio-DF. Nós conversamos por um longo período pelo telefone com o presidente José Aparecido.

Essa foi uma experiência muito importante. A vivência em Medellín reuniu 2 pautas do nosso mandato, que são o transporte e os distritos criativos. A primeira – transporte – tem relação com a nossa Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, comissão que se debruça sobre esse tema. A segunda – distritos criativos – diz respeito a uma propositura de lei que nós apresentamos nesta casa. Medellín avançou como uma das primeiras experiências exitosas de distritos criativos.

Convido todos que quiserem acompanhar essa vivência a visitarem nossas redes sociais. Elas mostram, passo a passo, como foi nossa missão. Está tudo registrado – do dia 1 ao dia 6, desde a manhã até a noite.

Essa vivência só reafirmou, deputado Ricardo Vale, que nós estamos certos. Medellín passou de uma cidade com 22 homicídios por dia para 1 homicídio por dia – no país mais perigoso do mundo, que teve um cartel. Tornou-se referência econômica, tendo o transporte como eixo orientador de serviços.

Fica o registro disso para quem quiser acompanhar.

Nossa equipe vai se debruçar, com as consultorias, sobre o que vimos em Medellín. Estivemos com a Secretaria de Cultura, com a Secretaria de Turismo e com o setor produtivo. Está aqui o senhor Athayde, representante da Fecomércio-DF, grande parceiro. Temos agora a missão de realizar uma nova rodada a respeito dos ativos de Medellín, junto com as secretarias. O objetivo disso é entendermos como fizeram algumas mudanças territoriais, a fim de afinarmos ainda mais os nossos projetos.

Dito isso, presidente, eu queria trazer uma pauta com relação ao Entorno.

Eu vou trazer dados. Eu não sei se todo mundo sabe, mas a região metropolitana de Brasília tem o maior deslocamento semiurbano do país. Diariamente, 244 mil pessoas saem da região metropolitana para trabalhar ou para estudar na região central de Brasília. Para ser mais direto e específico, mais de 200 mil pessoas vêm para trabalhar e mais de 44 mil estudantes vêm para estudar. Esse dado não é da minha cabeça, esse dado é do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, IPE-DF.

Por que eu estou trazendo isso? Porque o dado aponta para um cenário bem importante. Primeiro, as cidades que mais demandam e dialogam diretamente com o Distrito Federal são as do Entorno sul: Luziânia, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Águas Lindas de Goiás. Aproximadamente, 122 mil pessoas utilizam transporte público – ou seja, ônibus – para chegar ao Distrito Federal. Isso é mais do que a quantidade de habitantes de muitos municípios do país. Dos estudantes, 18 mil utilizam transporte público escolar para estudar no Distrito Federal.

Em 2024, foram 49 milhões de passageiros no semiurbano do Distrito Federal. Isso pontua a região metropolitana do DF como a região com maior deslocamento semiurbano do país.

Por que eu estou falando sobre isso? Porque nós apresentamos os estudos da comissão, que dialoga com a ANTT, com a Secretaria de Transporte e Mobilidade e com a Secretaria de Obras e Infraestrutura. Esses estudos mostram que o que vai desafogar o trânsito em Brasília é investir em transporte de massa, seja por pneus – ônibus –, seja sobre trilhos.

Apesar disso, o Distrito Federal encomenda um projeto do PAC para construir mais uma faixa – a terceira – em Águas Lindas de Goiás. O povo dessa cidade tem razão em defendê-la, mas nós pensamos que essa terceira faixa – segundo dados! – tem que ser exclusiva para ônibus, porque mais uma faixa para carros não vai resolver o problema de 244 mil pessoas que vêm para Distrito Federal.

Dessas 244 mil pessoas, mais de 100 mil utilizam o transporte público. Nós estamos priorizando quem? A classe trabalhadora, que acorda às 4 e meia da manhã para pegar o ônibus para Brasília, vai em pé, em ônibus lotado, no engarrafamento. É nesse público que nós temos que investir. “Ah, não. Nós vamos gastar milhões de reais para fazer uma receita que dá errado.”

Sentem-se comigo, DER-DF, Secretaria de Obras e DNIT. Digam que essa receita de bolo resolve o DF! Porque criar vias, rodovias e faixas é a fórmula aplicada desde o dia em que o Distrito Federal foi inaugurado. Apontem-me 1 via do Distrito Federal que não esteja engarrafada hoje. Eu quero só 1! Cito como exemplos do contrário a EPTG, a Estrutural, a EPNB, a BR-020.

Dias atrás, fizemos um debate sobre o corredor de ônibus de São Sebastião. Afirmamos que isso reduziu em 40 minutos o tempo por trabalhador que pega ônibus. A turma carrocrata reclama de engarrafamento e pressiona; o governo cede e retira a faixa. O engarrafamento continua. Ele está lá! O engarrafamento é culpa de quem? Da faixa de ônibus? Não.

A receita de bolo é que está errada! Quanto mais vias para carro, mais carro no sistema. Precisamos inverter essa lógica, presidente, e começar a desestimular o uso do carro. A pessoa que sai de manhã para trabalhar de carro deixa esse carro 8 horas parado em uma vaga, sem uso algum. O veículo fica ocupando espaço público que poderia ser arborizado, ser um jardim sensível à água. Não estou dizendo que as pessoas não podem ter carro. Podem, sim! Carro é para passeio, para outras finalidades e até para o trabalho.

Não dá para manter o que Brasília tem hoje. Falo de um fluxo migratório de pessoas que saem de casa e passam a maior parte do tempo com o carro parado em uma vaga, ocupando espaço, aumentando a emissão de carbono. Os dados do Governo do Distrito Federal, por meio de seu instituto de pesquisa, apontam que milhares de pessoas vêm para o Distrito Federal, o maior tronco semiurbano do país, e utilizam o transporte público. Mas, enquanto isso, a saída, a solução mirabolante, é fazer mais uma faixa para carro.

Eu não dou 1 ano para essa faixa estar inaugurada e o engarrafamento, que hoje é no balão de Brazlândia, mudar para outro balão. Digo isso porque vão construir 2 viadutos ali. Eu não sou contra obras! O problema é para quem a obra está sendo feita. Construir viaduto e balão elevado para favorecer carros só resulta em mudar o lugar onde o engarrafamento começa ou termina. Essas edificações têm que ser para o trânsito livre do transporte público.

Encerro, presidente, dizendo que, em breve, será inaugurado o que seria o BRT Oeste. O BRT Oeste vai sair do final de Ceilândia, pela Hélio Prates, e passar pelo Setor Militar. Há uma outra faixa que atende o SIG. Essa faixa do SIG não é para um BRT, é um corredor de ônibus. BRT é segregado, com estação segregada, travessia e polos bem especificados. Sou contra? Pelo contrário, nós temos que ter, sim, esse corredor de ônibus do SIG. Mas é preciso colocar mais ônibus para rodar.

Então, a fórmula está errada! O governo federal envia dinheiro para um projeto errado; e o Governo do Distrito Federal, mais uma vez, está pedindo dinheiro para um projeto errado.

Enquanto isso, nós temos um sistema metroviário sucateado, que não cresce 1 quilômetro há mais de 8 anos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu acho importante essa proposta que a governadora está encaminhando. Falo da proposta de adesão a um projeto do governo federal que se destina a evitar que o aumento do preço dos combustíveis, gerado pela guerra insana do Trump, alcance todos nós.

Além de aderir a essa proposta, é importante que a governadora determine à Polícia Civil do Distrito Federal, por meio da Delegacia de Defesa do Consumidor, e ao Procon, que está sob a jurisdição dela, que ajam. Não há nenhum motivo, presidente, para que no DF seja esse o preço dos combustíveis.

Em Ceilândia hoje, presidente Deputado Ricardo Vale, eu vi o litro da gasolina por R\$6,18; por R\$6,08; e por R\$5,98. Lá na terra de vossa excelência, Sobradinho – eu fui a Planaltina no domingo –, há postos vendendo por R\$6,69. É roubo! Não há outra maneira de classificar os proprietários de postos de Sobradinho que estão vendendo gasolina por esses preços, senão como ladrões. Estão assaltando efetivamente a população de Sobradinho. Eu estou acionando o Procon

contra aquela raça de bicho ruim de Sobradinho que está cobrando esse preço. Não existe nenhum motivo para essa cobrança.

É muito importante aderir ao programa do governo federal, mas é fundamental fiscalizar também. Sem fiscalização, presidente deputado Ricardo Vale, a diminuição do preço vai para o bolso de meia dúzia de proprietários de postos de gasolina do Distrito Federal e não se beneficia diretamente a população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputado Chico Vigilante, obrigado pela observação. Eu vou avisar à população de Sobradinho que é melhor abastecermos os nossos carros em Ceilândia. A diferença é muito grande. Isso é realmente lamentável. Essa diferença de preços, como vossa excelência falou, é um roubo escandaloso! Fica o alerta para a população de Sobradinho não abastecer nos postos de Sobradinho, porque, segundo o deputado Chico Vigilante, é onde os preços estão mais abusivos, estão mais altos.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, eu subo à tribuna mais uma vez, porque me chama a atenção o que está acontecendo nesta cidade, no Governo do Distrito Federal.

O governo Celina Leão manda um projeto para esta casa, e a base do governo esvazia o plenário! Esvaziam o plenário, deputado Chico Vigilante! Não há 1 parlamentar da base do governo no plenário, numa terça-feira.

A governadora Celina Leão e o secretário de Economia vão para a imprensa para entregar o Ibaneis. As coisas não podem só ser ditas e não haver consequências. Eu disse aqui que o Ibaneis mentiu sobre as contas públicas. Mentir sobre as contas públicas, no caso de um governador, é crime de responsabilidade! Ele precisa responder pelos crimes contra a cidade.

A Celina Leão está querendo convencer a população de que é um novo governo, mas ela não está conseguindo convencer nem a base que a sustenta aqui na Câmara Legislativa. Onde está o líder do governo? Sumiu, desapareceu! Porque a mentira está imperando, deputado Ricardo Vale. E mentira tem perna curta, diz o ditado popular.

O presidente do BRB e ela dizem: “Nós vamos solucionar os problemas; e, para solucioná-los, o BRB precisa operar de maneira diferente. Será um banco menor.” Mas, na prática, o que está acontecendo é o contrário.

Aumenta-se o contrato com o Flamengo, aumenta-se o contrato de patrocínio. Hoje, o presidente do banco anuncia que quer operacionalizar o BRB Fla em todos os estados do Brasil. A solução não passava por diminuir a operação do BRB para que o BRB fosse, de fato, um banco de Brasília? Se estão anunciando agora expandir para todas as cidades do país, quem está falando a verdade? Quem está mentindo nesse processo?

Não dá para confiar no Governo do Distrito Federal, porque não há legitimidade. O governo Celina – como o governo Ibaneis já havia perdido – perdeu todas as condições de continuar governando esta cidade.

O problema disso, presidente, é que quem paga a conta é a população do Distrito Federal.

Quero entender – deixo aberto o microfone, nesta sessão ordinária da Câmara Legislativa – cadê a base do governo. Cadê o Governo do Distrito Federal para dar respostas à sociedade, à polícia?

Vai haver delação premiada, deputado Ricardo Vale, do ex-presidente do BRB, indicado pelo Ibaneis e pelo Ciro Nogueira, do PP. Parece que quem tirou uma soneca no dia 8 de janeiro está sem dormir hoje. Não consegue colocar a cabeça no travesseiro e descansar, com medo do que virá nos próximos dias.

Fica aberto o espaço para o governo desta cidade prestar esclarecimentos e apresentar o balanço do BRB, mostrar a situação real das contas para os servidores da Universidade do Distrito Federal, da carreira PPGG, da saúde, da educação, da receita, da assistência social, da cultura.

O governo precisa apresentar isso para a população do Distrito Federal, que está sofrendo dentro dos ônibus, do metrô, dos hospitais, das UPAs, das UBS. Ele precisa apresentar isso para a população que sofre com as salas superlotadas nas nossas escolas e que está na fila enorme do Cras e da assistência social em geral. Inclusive há denúncias graves de venda de senha nas regionais.

Esta cidade está em caos total. Há responsáveis: Ibaneis e Celina. Infelizmente, a base do governo sumiu. O Governo do Distrito Federal desapareceu porque perdeu as condições políticas e morais de continuar governando o Distrito Federal.

Eles poderiam pedir para sair. Se não pedirem para sair, tenho certeza de que a população desta cidade vai aposentar essa turma que sequestrou, que quebrou o Distrito Federal e que meteu a mão no dinheiro.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Consulto se algum parlamentar deseja usar a palavra.

Dá-se início à ordem do dia.

Como não há quórum para deliberação, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres  
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
Cras – Centro de Referência de Assistência Social  
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante  
EPTG – Estrada Parque Taguatinga  
Fecomércio-DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
IPE-DF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
Pelo – Proposta de Emenda à Lei Orgânica  
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental  
SIG – Setor de Indústrias Gráficas  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UnB – Universidade de Brasília  
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDE](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA** - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 04/05/2026, às 17:27, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 2644197 Código CRC: 3741C905.

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

---

00001-00016637/2026-37

2644197v2